



3º Simulado

TCU

Pós-Edital

Simulado Especial

3º Simulado TCU

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **100 itens** que serão divididos em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 5 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h às 12h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCU-18-12>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Luiz Felipe Durval e Adriana Figueiredo

01. "Um senador, relator da reforma do Imposto de Renda no Senado, protocolou nesta quarta-feira novo projeto de lei que reajusta a tabela do Imposto de Renda para pessoa física. Esse ajuste impactaria o poder de influência do Legislativo em decisões em pauta nas diferentes esferas de governo". Nesse trecho, o ajuste do imposto de renda é tratado com o foco:

- a) da sociedade
- b) da economia
- c) da política
- d) da segurança
- e) da cultura

02. Um estudo da Universidade Oxford com base em dados de seis países desenvolvidos indica que a exigência de passaporte de vacina da Covid-19 para frequentar locais públicos aumentou o ritmo das campanhas de imunização. Esse efeito foi observado em quatro de seis países analisados: França, Itália, Suíça e Israel. Os cientistas explicam que, apesar de as políticas de passaporte de vacina desses países terem sido desenhadas para evitar situações de superdisseminação do vírus, a medida serviu também como um forte incentivo para reduzir os casos de hesitação vacinal, no qual moradores dos países se recusam ou demoram a buscar o imunizante. (O Globo)

A exigência de passaporte de vacina

- a) foi uma política implementada por países desenvolvidos
- b) foi uma medida tomada para aceleração da vacinação
- c) não atendeu aos seus propósitos iniciais

- d) foi proposta por cientistas de seis países
- e) foi uma medida adotada com o objetivo de controle pandêmico

03. "Ana era alta. Tão alta que parecia o equilíbrio não habitar ali. Ela saía todos os dias determinada a mudar o mundo. Com a calma e o desejo de ver tudo transformado, andava apressada como quem tem alguém a sua espera. Com um entusiasmo inigualável, motivava a muitos". Nesse texto, a descrição da personagem Ana é de base:

- a) moral
- b) física;
- c) físico-psíquica;
- d) psíquica;
- e) físico-moral.

04. O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa/efeito é:

- a) João chegou ao trabalho cansado / João não dormiu a noite toda
- b) O festival de música durava uma semana / Não era fácil organizar o festival
- c) A sala de aula estava cheia / Muitos alunos estavam presentes.
- d) A limpeza urbana está precária / Não há concurso para agente de limpeza urbana há anos.
- e) Recife é um dos principais destinos dos brasileiros / As praias de Recife são lindas.

05. “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

06. Assinale a opção que indica a frase em que o acento grave está empregado incorretamente.

- a) Às regras os novos moradores não obedeciam.
- b) Os jornais denunciavam os escândalos relacionados à instituições financeiras.
- c) Chamou-me para a palestra às vésperas de meu aniversário.
- d) Todo aquele esforço visava à melhor posição.
- e) Os brindes foram feitos cuidadosamente à mão

07. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Todos estavam dispostos a coroar ela como a melhor profissional do trimestre.
- b) O grupo não se simpatiza com o novo líder.
- c) Os amigos, quando se reuniam, lembravam da época de escola.
- d) Isso são doações para o evento de fim de ano.
- e) Sempre souberam que os quero bem.

08. Na frase “Começou a chover e a rua encheu”, a conjunção E mostra o mesmo valor em:

- a) Afirmaram que não haveria prejuízo e todos saíram perdendo.
- b) Os prédios serão reconstruídos e as ruas serão pavimentadas.
- c) O policiamento diminuiu e os assaltos começaram a ocorrer.
- d) Todos estavam ansiosos pela inauguração da nova delegacia e pela chegada do novo delegado.
- e) O advogado disse que não se atrasaria e se atrasou.

09. De acordo com os dicionários de Língua Portuguesa, “injungir” refere-se ao ato de impor, obrigar. O texto injuntivo, por sua vez, está pautado na explicação e no método para a concretização de uma ação, seja com a finalidade de instruir, informar, auxiliar, aconselhar ou recomendar. Com base nisso, o gênero textual que possui trechos que se enquadram nessa tipologia é

- a) edital
- b) notícia de jornal
- c) editorial
- d) resenha
- e) tese

10. A frase abaixo em que o significado da palavra sublinhada foi trocado é:

- a) Pela sua atitude, foi tachado de egoísta.
- b) O surgimento de uma nova forma de governo era iminente.
- c) Os sintomas começam pela cauda do animal.
- d) O extrato social deveria importar menos que o caráter.
- e) O emigrante carrega a saudade do lugar a que pertence.

INGLÊS

Andrea Belo

Texto para questões 11 e 12**A Baltic island bucks a Danish anti-immigrant trend**

When danes think about Lolland, which is not very often, they tend to feel sorry for it. The island in the Baltic sea, a flat expanse of fields and beaches, enjoyed brief notoriety in 2015 thanks to a tv documentary series, "On the Ass in Nakskov", about privation in its largest town. Nakskov fell on hard times after its shipyard closed in 1986. People have been leaving the island for decades. Since 2007 its population has dropped from 49,000 to 41,000. Those outsiders Lolland still attracts are largely low-income households seeking cheaper lodgings than they can find in Copenhagen.

But now work has begun on a tunnel linking Lolland to the German island of Fehmarn, 18km (11 miles) away. When it opens in 2029 Lolland will no longer be "just a small rural community as far from Copenhagen as you can get," says Thomas Knudsen, its top civil servant. It will cut in half, to 90 minutes, the time it takes to drive to Hamburg. More German tourists will flock to Lolland's beaches, he hopes. Green industries will set up shop, taking advantage of the windy island's surplus of renewable energy (...)

The Economist: December 10th 2021

Based on the text above, judge the following items:

11. In the text, from the the first paragraph, it is correct to say that Nakskov population has reduced because

- a) () they tend to feel sorry for it.
- b) () the island in the Baltic sea enjoyed brief notoriety in 2015
- c) () of the documentary series with their private life.
- d) () of the privation and exclusion of people.
- e) () of difficult times.

12. According to the second paragraph

- a) () a tunnel linking Lolland and German island has its opening soon.
- b) () the tunnel is small but its size is enough to the Copenhagen population.
- c) () all the tunnels already built serves the rural community.
- d) () the tunnel will reduce the time to go to Hamburg.
- e) () a tunnel linking Lolland and the island can help the community.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

13. No que concerne aos modelos de Administração Pública e reformas administrativas, julgue os itens a seguir.

I - A reforma de 1967 buscou superar a rigidez do modelo burocrático, com o objetivo de conferir maior eficiência à máquina pública. Nesse sentido, o Decreto-lei n.º 200/1967 estabeleceu cinco princípios fundamentais: Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle.

II - A reforma gerencial da administração pública iniciada em 1995 tinha como uma de suas diretrizes o foco no controle dos processos, com o objetivo de evitar o descontrole dos gastos públicos.

III - João das Neves, gestor de determinado departamento do Tribunal de Contas da União, adota, em sua gestão, práticas autorreferidas, com foco no controle dos processos e com racionalidade absoluta. Pode-se afirmar que João das Neves emprega, em sua gestão, princípios típicos da administração pública gerencial.

Está correto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

14. O planejamento estratégico é responsável por estabelecer a missão, visão e valores de uma organização.

Relacione os itens da primeira coluna (itens I, II, III e IV), extraídos do website do Tribunal de Contas da União (TCU), com os itens da segunda coluna (itens 1, 2, 3 e 4), e indique a alternativa que traz a correlação correta.

<https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/planejamento/2021/index.html>

I. "Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo".

II. "Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável".

III. "Ética, Justiça, Efetividade, Independência, Profissionalismo."

IV. "Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais".

- 1. Missão do TCU.
- 2. Visão do TCU.
- 3. Valores do TCU.
- 4. Negócio do TCU.
- a) 1-II, 2-I, 3-III, 4-IV
- b) 1-IV, 2-II, 3-III, 4-I
- c) 1-I, 2-III, 3-II, 4-IV
- d) 1-I, 2-II, 3-III, 4-IV
- e) 1-I, 2-II, 3-IV, 4-III

15. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

16. Em 2020 a receita da empresa Strategy foi 60% superior a de 2019. Em 2021 a receita foi 40% inferior a de 2020. A expectativa para 2022 é de que a receita seja 10% inferior a de 2019. Se for confirmada essa expectativa, de 2021 para 2022 a receita da empresa Strategy vá

- a) diminuir em 6,25%.
- b) aumentar em 4%.
- c) diminuir em 4%.
- d) diminuir em 4,75%.
- e) diminuir em 5,5%.

17. Carlos Henrique comprou um tablet que custava R\$ 4.000,00 à vista, pagando em duas parcelas:

- a primeira, no ato da compra, no valor de R\$ 2.200,00;
- a segunda, um mês após a compra, no valor de R\$ 2.250,00.

A taxa mensal de juros cobrada de Carlos Henrique nessa compra foi de:

- a) 5%;
- b) 10%;
- c) 15%;
- d) 20%;
- e) 25%.

18. Sabe-se que o valor dos juros correspondente a uma dívida que vence daqui a 3 anos é igual a R\$ 3.972,00, considerando uma taxa de juros compostos de 10% ao ano. Esta mesma dívida, considerando uma taxa de juros compostos de 5% ao semestre e com vencimento daqui a 1 ano, apresentaria um valor de juros (J), em reais, igual a

- a) 1200
- b) 1210
- c) 1220
- d) 1230
- e) 1240

19. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

20. Uma empresa necessita de um equipamento cujo valor é de R\$ 100.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a primeira prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 3.000,00
- c) R\$ 2.000,00
- d) R\$ 1.000,00
- e) R\$ 4.000,00

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

22. Segundo a Lei nº 8.443/1992, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste ao TCU o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) a fixação de coeficientes individuais do fundo de participação dos estados e do fundo de participação dos municípios representa o exercício da função informativa do TCU.
- b) os atos normativos do TCU não são de cumprimento obrigatório, uma vez que o Tribunal não goza de função legislativa para impor obrigações em matéria de sua competência.
- c) os atos normativos do TCU, assim como as respostas às consultas que lhe sejam formuladas, podem ser objeto de controle de constitucionalidade, quando ofenderem diretamente o texto constitucional.
- d) no exercício da função regulamentar, o TCU pode substituir o chefe do Executivo, editando normas sobre leis administrativas, de cumprimento obrigatório para os Poderes.
- e) as decisões sobre consulta são consideradas competência consultiva, mas não podem ser consideradas função normativa, mesmo que a resposta à consulta tenha caráter normativo.

23. Sobre a natureza do Tribunal de Contas da União, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o STF, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despojado de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

24. João é Auditor Federal de Controle Externo e foi designado pelo TCU para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antonio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antonio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município.
- d) ainda que a multa seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

25. “O Tribunal de Contas da União desempenha, pela 86ª vez, a primeira das competências que lhe são atribuídas pela Constituição Federal: apreciar e emitir parecer prévio conclusivo sobre

as contas do Presidente da República. A análise realizada pelo Tribunal, materializada em amplo relatório e parecer prévio, subsidia o Congresso Nacional com elementos técnicos para que o Poder Legislativo profira seu julgamento. Trata-se, portanto, de etapa fundamental do processo de accountability da ação governamental, com o objetivo de atender a sociedade no seu justo anseio por transparência e correção na gestão dos recursos públicos.” (Brasil. Relatório e parecer prévio sobre as contas do governo da república. Brasília: TCU, 2021).

Considerando as disposições constitucionais sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República e sobre a emissão de parecer prévio, pode-se afirmar corretamente que:

- a) as contas serão prestadas no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa, devendo a comissão mista de senadores e deputados emitir o parecer prévio também no prazo de sessenta dias, a contar do recebimento.
- b) o parecer prévio emitido pelo TCU somente deixará de prevalecer mediante decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- c) além de emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, o TCU é encarregado de emitir parecer prévio sobre as contas do governo dos territórios, caso estes sejam instituídos.
- d) o prazo constitucional para a emissão de parecer prévio é de reprodução obrigatória no âmbito das constituições estaduais, motivo pelo qual as contas dos governadores e dos prefeitos municipais receberão parecer prévio sempre no prazo de sessenta dias, contados do recebimento.
- e) a Constituição Federal fixa em 180 dias o prazo para que o Congresso Nacional julgue as contas do Presidente da República, mas este prazo não vem sendo atendido pelo Poder Legislativo

26. “A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.” (Constituição Federal, art. 31, caput).

Sobre as contas de governo e de gestão, é correto afirmar que:

- a) somente o chefe do Poder Executivo pode ter contas de gestão, uma vez que se referem à gestão anual de políticas públicas.
- b) na visão do STF, compete ao Tribunal de Contas realizar o julgamento das contas de gestão e emitir parecer prévio sobre as contas de governo, sendo que estas serão julgadas pelas câmaras municipais.
- c) uma vez decorrido o prazo em norma local para o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, o parecer prévio constituirá julgamento ficto das contas, até ulterior deliberação da Câmara Municipal.
- d) o julgamento das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercido pelas câmaras municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes.
- e) o Tribunal de Contas da União não poderá realizar o julgamento das contas dos prefeitos municipais, relativas a recursos públicos transferidos mediante convênio, pois essa prerrogativa é da Câmara de Vereadores.

27. Considerando a competência constitucional do TCU para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas da União deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O TCU não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O TCU não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.
- d) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) No caso de concessão de revisão geral anual que impacte no valor da aposentadoria concedida, o ato de aposentadoria deverá ser submetido novamente ao registro do Tribunal de Contas.

28. “O Plenário do Senado escolheu, nesta terça-feira (14), o senador Antonio Anastasia (PSD-MG) para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU). Foram 52 votos para Anastasia, 19 para a senadora Kátia Abreu (PP-TO) e 7 para o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A indicação ainda precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados” (Fonte: Agência Senado). Considerando o texto acima, marque a opção correta sobre a escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União.

- a) Segundo o STF, a escolha dos ministros do TCU deverá seguir ordem previamente estipulada, cabendo ao Presidente da República indicar a primeira, a quarta e a sétima vagas e, após completar a composição constitucional, será reiniciado o processo de escolha, nesta mesma ordem.
- b) Os ministros do TCU deverão gozar, cumulativamente, de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros e de administração pública.
- c) Para implementar, tão rapidamente quanto possível, o novo modelo constitucional, nas primeiras vagas ocorridas a partir da vigência da Constituição de 1988, a serem providas pelo chefe do Poder Executivo, a preferência deve caber às categorias dos auditores e membros do Ministério Público especial.
- d) Caso a escolha do senador Antonio Anastasia seja confirmada pela Câmara dos Deputados, caberá ao Congresso Nacional, em sessão conjunta, realizar a sua nomeação, cuja posse será dada pelo Presidente do Tribunal de Contas da União.
- e) Caso confirmada a escolha do senador, caberá ao Presidente da República, em juízo político, vetar ou sancionar o nome indicado, realizando então a sua nomeação para o cargo vitalício de Ministro do Tribunal de Contas da União.

29. “O Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União (TCU), André Luis de Carvalho, aos 56 anos, pediu aposentadoria antecipada da corte. Segundo memorando encaminhado à secretaria do tribunal na última segunda-feira, 03 de maio, o ministro pede rapidez no processo de aposentadoria” (Fonte: Estratégia Concursos). Sobre os ministros-substitutos, pode-se afirmar que:

- a) a demonstração dos notórios conhecimentos para ocupar o cargo de ministro-substituto exige a qualificação formal, ou seja, a formação acadêmica superior em área jurídica, contábil, econômica e financeira ou de administração pública, não se admitindo o mero juízo discricionário pelo chefe do Poder Executivo na avaliação desse requisito constitucional.
- b) os ministros-substitutos, quando no exercício das suas atribuições regulares de judicatura, terão as mesmas garantias, impedimentos, vencimentos e vantagens de juiz de Tribunal Regional Federal.
- c) o ministro-substituto adquire a vitaliciedade após dois anos de exercício de suas atribuições, hipótese em que só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- d) incumbe ao ministro-substituto atuar, em caráter permanente, junto ao Plenário e à câmara para a qual for designado, presidindo a instrução dos processos que lhe forem distribuídos, relatando-os com voto por escrito, que será debatido pelos membros do respectivo colegiado.
- e) por todo o período em que o ministro se mantiver afastado do exercício do cargo, o ministro-substituto permanecerá convocado, salvo quando ele entrar em gozo de férias, hipótese em que será cessada a convocação.

30. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. O TCU identificou, em processo de fiscalização, dano ao erário, motivo pelo qual houve a conversão do processo, para fins de citação do responsável.
- II. O Tribunal identificou indícios de irregularidades graves, consideradas materialmente relevantes, mas não houve débito.
- III. O sistema de controle interno de um órgão público federal identificou dano ao erário na gestão de Joana, motivo pelo qual instaurou processo próprio, identificando tratar-se de valores elevados. Ao final da apuração, o processo foi remetido ao TCU para fins de julgamento.
- IV. Ana é ordenadora de despesas de órgão da administração federal, responsável pela execução de orçamento significativo para o Balanço Geral da União, motivo pelo qual teve que elaborar documentação para julgamento da sua gestão pelo Tribunal de Contas da União.

Considerando as situações hipotéticas acima, pode-se afirmar que, após as devidas conversões e formalidades legais, cada caso corresponde, respectivamente, a processo de:

- a) tomada de contas especial, tomada de contas, tomada de contas especial e prestação de contas.
- b) prestação de contas, tomada de contas, tomada de contas especial e prestação de contas.
- c) tomada de contas, tomada de contas especial, prestação de contas e prestação de contas.
- d) tomada de contas especial, processo de fiscalização, prestação de contas e tomada de contas.
- e) tomada de contas em todos os casos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

31. Acerca dos princípios fundamentais e da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:
- a) A República, forma de governo adotada pelo Brasil, é considerada um princípio sensível, posto que sua violação importa intervenção federal.
 - b) O Federalismo, forma de estado adotado pelo Brasil, é classificado como por desagregação ou segregação.
 - c) O Federalismo brasileiro caracteriza-se como dual, visto que há uma rígida separação de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - d) Devido a existência de uma heterogeneidade entre os entes que compõem a Federação brasileira, a União pode-lhes conferir um tratamento diferenciado.
 - e) A forma de governo adotada pelo Brasil, não é cláusula pétrea expressa na Constituição Federal de 1988.

32. Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

33. O princípio da inadmissibilidade da prova ilícita, consagrado no inciso LVI do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é classificado como norma constitucional de eficácia:

- a) plena
- b) contida
- c) limitada
- d) limitada de princípios institutivos ou organizativos
- e) limitada de princípios programáticos

34. Analise as alternativas abaixo e assinale a incorreta.

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, por meio do plebiscito e do referendo, aquele definido como uma consulta prévia e este descrito como uma consulta posterior a adoção de um ato legislativo ou administrativo e da iniciativa popular das leis, instrumentos esses de participação direta do povo, vigorando, no Brasil, a chamada democracia semidireta.
- b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de dois terços de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República, dispor, mediante decreto sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- d) É expressamente vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar.
- e) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas é função institucional do Ministério Público.

35. A Constituição Federal de 1988 prevê vedações aplicáveis a determinados crimes, por sua expressiva gravidade. À luz do que dispõe o artigo 5º, incisos XLII a XLIV, que mencionam os chamados mandados de criminalização, assinale a alternativa correta.

- a) A prática do racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão.
- b) Consideram-se crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, a prática do racismo, da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que podendo evitá-los, se omitirem.
- c) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e a prática do racismo constituem-se como crimes imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- d) Classificam-se como crimes inafiançáveis somente a ação de grupos armados, civis ou militares, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos.
- e) Consideram-se imprescritíveis a prática do racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. A respeito das sociedades de economia mista federais exclusivamente exploradoras de atividade econômica em sentido estrito, é correto afirmar que:

- a) ostentam personalidade de direito privado, se submetem a concurso público e não são controladas pelo Tribunal de Contas da União.
- b) subordinam-se às regras do direito privado quanto à responsabilidade civil relativa aos danos causados por seus agentes e à limitação remuneratória constitucional para seu quadro de pessoal, indistintamente.
- c) são automaticamente criadas a partir da edição de lei específica.
- d) compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- e) não se sujeitam à falência e seu pessoal em geral é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

37. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

38. A respeito da Encomenda Tecnológica (ETEC), assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos celebrados sob a modalidade de reembolso de custos são aqueles utilizados quando o risco tecnológico é baixo e em que é possível antever, com nível razoável de confiança, os reais custos da encomenda.
- b) Caso o contrato de encomenda tecnológica não defina a quem pertencerá a propriedade intelectual resultante da encomenda, pode-se afirmar que os resultados do projeto, a sua documentação e os direitos de propriedade intelectual pertencerão ao particular contratado.
- c) O ente contratante poderá criar comitê técnico de especialistas para assessorar a instituição na definição do objeto da encomenda, na escolha do futuro contratado e no monitoramento da execução contratual, sendo que a participação no comitê técnico será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
- d) De acordo com o disposto no Decreto 9.283/2018, empresas públicas e sociedades de economia mista que possuam em sua missão

institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos serão consideradas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) privadas.

- e) A legislação não admite a celebração de contratos de encomenda tecnológica com empresas privadas, mas apenas com entidades privadas sem fins lucrativos e com Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).

39. Considerando que determinado agente público foi condenado pela prática de ato de improbidade consistente em receber vantagem econômica para a tolerar a exploração de atividade ilícita, pode-se concluir que foram aplicadas as seguintes condenações, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

40. Pietro, brasileiro, resolveu conhecer todos os continentes do mundo. Consigo, resolveu levar sua Ferrari, para que pudesse transitar nos locais que fosse conhecer. Durante essa expedição, segundo o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, sobre a Ferrari, aplicar-se-á a lei:

- a) Do país em que estiver situado o automóvel, exceto, quando estiver no espaço aéreo dentro do avião, onde aplica-se a lei do país de origem de Pietro.
- b) Do país de origem do bem, exceto quando estiver no espaço aéreo dentro do avião, onde aplica-se a lei do país que estiver sendo sobrevoado.
- c) Do país de origem do bem, exceto quando estiver no espaço aéreo dentro do avião, onde aplica-se a lei do país de origem do avião.
- d) Do país de domicílio de Pietro, inclusive quando estiver no avião.
- e) Do país de domicílio de Pietro, exceto quando estiver no avião, onde aplica-se a lei do país de origem do avião.

41. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002 sobre os direitos da personalidade, é correto afirmar que:

- a) Inclusive quando há exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, contudo, tal disposição, uma vez feita, não poderá ser revogada.
- c) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado juntamente

com o Ministério Público, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

- d) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, a menos que não haja intenção difamatória.
- e) São legitimados a exigir que cesse a ameaça ou lesão aos direitos da personalidade do morto, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

42. Em se tratando da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a LGPD, assinale a alternativa que não apresenta um dos fundamentos desta lei:

- a) Respeito à privacidade e à autodeterminação informativa.
- b) A liberdade de expressão e de informação, sendo a de comunicação e de opinião fundamentos da CF/1988.
- c) A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- d) Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- e) O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.

43. Em se tratando do direito das obrigações, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) Sendo a obrigação de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, o credor sofrerá a perda, porém, o devedor deverá arcar com as perdas e danos.
- b) Em se tratando das obrigações de dar coisa incerta, é permitido ao devedor alegar perda ou deterioração da coisa, especialmente quando por força maior ou caso fortuito.
- c) Extingue-se a obrigação de não fazer, inclusive quando sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- d) Nas obrigações alternativas, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, subsistirá o débito quanto à outra.
- e) Nos casos em que há dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado por uma parte equivalente da dívida, em razão de solidariedade passiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

44. Analise as assertivas a seguir, a respeito dos princípios do processo civil brasileiro:

- I – O juiz não pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se deu às partes oportunidade de se manifestar, ainda que a matéria possa ser conhecida de ofício pelo juiz;
- II – Não é viável no nosso direito o julgamento liminar de procedência do pedido;
- III – Não se deve proferir decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo, dentre outras hipóteses, quando houver tese de recursos repetitivos favorável à pretensão.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I – II.
- e) I – III.

45. Mário contraiu uma dívida em face de Zélia, o que foi devidamente registrado por escrito. Mário não efetuou o pagamento a tempo. Zélia enviou comunicação a Mário solicitando o pagamento, no entanto, Mário respondeu que a sua assinatura tinha sido falsificada no documento. Sobre essa situação, podemos afirmar que:

- a) Zélia não pode ingressar com ação tão somente para que seja declarada a autenticidade do documento, já que a obrigação está vencida.
- b) Supondo que Mário estivesse dizendo a verdade, ainda assim ele não poderia ingressar com uma ação tão somente para demonstrar a falsidade do documento.
- c) Somente Mário pode propor ação judicial para discutir a existência da relação jurídica.
- d) Somente Zélia pode propor ação judicial para discutir a existência da relação jurídica.
- e) Tanto Mário quanto Zélia podem propor ação judicial para discutir a existência da relação jurídica.

46. Sobre a sentença, é correto afirmar que:

- a) a ementa é elemento essencial da sentença.
- b) o dispositivo é a parte em que o juiz analisa as questões de fato e de direito.
- c) não se considera fundamentada decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados.
- d) no caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.
- e) a sentença deve ser interpretada apenas a partir da análise dos fundamentos.

47. É entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal a respeito do mandado de segurança aquele segundo o qual:

- a) é inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.
- b) a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- c) a impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- d) controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
- e) pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO

Antônio Pequeno

48. João, fiscal de um Município do Estado Alfa, passava por uma rua de comércio popular com a família, quando seu filho avistou um comerciante vendendo balões de personagens infantis e insistiu que queria um. João, então, se dirigiu ao vendedor e exigiu que ele lhe desse o balão pretendido pelo filho, que estava sendo vendido para outro casal, dizendo que trabalhava para a Prefeitura e que, se não fosse atendido, chamaria a guarda municipal para apreender os objetos e lavar o auto próprio. Ao proceder da forma narrada, João praticou, em tese, a conduta tipificada como:

- a) extorsão;
- b) concussão;
- c) corrupção passiva;
- d) exercício arbitrário das próprias razões;
- e) corrupção passiva, mas João terá sua tipicidade afastada pelo princípio da insignificância.

49. A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que sofreu profundas alterações com a Lei nº 12.683/12, dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, além da prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesse mesmo diploma legal. Alguns dos bens jurídicos protegidos pelos ilícitos penais previstos na Lei são Estado, coletividade e, de maneira secundária, eventual particular prejudicado

Com base nas previsões da legislação penal supramencionada, é correto afirmar que:

- a) aquele que participa de associação em que a atividade apenas secundária é dirigida à prática de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, ainda que tenha conhecimento dessa situação, não será responsabilizado com as penas do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;
- b) em sendo os valores ilícitos ocultados produtos de infrações penais anteriores praticadas por terceiros, não restará configurado o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;
- c) o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores não é punível na forma tentada, ou seja, quando não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;
- d) por ter natureza permanente, não há aumento da pena quando os crimes da Lei nº 9.613/98 forem praticados de forma reiterada, em diferentes momentos, por um mesmo agente;
- e) em sendo os crimes da Lei nº 9.613/98 praticados por intermédio de organização criminosa, aplica-se causa de aumento de pena.

50. A Lei nº 12.846/2013 - alcunhada de “Lei Anticorrupção” - estabelece um regime de responsabilidade especial para pessoas jurídicas. Acerca desse regime, a lei em questão

- a) é aplicável aos atos lesivos praticados por pessoa jurídica brasileira contra organizações públicas internacionais, ainda que cometidos no exterior.
- b) estabelece, nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade ilimitada da pessoa jurídica sucessora pelos atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.
- c) estabelece a responsabilização penal objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública.
- d) permite que a Controladoria Geral da União aplique sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica, quando comprovado ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos, ou ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- e) atribui legitimidade concorrente ao Ministério Público, às Defensorias Públicas da União e dos Estados e à Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para ajuizamento de ação com vistas à aplicação das sanções previstas na referida legislação, às pessoas jurídicas infratoras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ESTATÍSTICA**

Carlos Henrique

Atenção: Para responder aos itens de números 51 a 53 use as informações dadas abaixo.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 1) = 0,84; P(Z < 1,28) = 0,90; P(Z < 1,5) = 0,933; P(Z < 1,8) = 0,964; P(z < 2) = 0,975$$

O diâmetro de uma peça é uma variável aleatória X , com distribuição normal com média μ (cm) e desvio padrão igual a 1,5 cm.

51. Ao vender a peça, o lucro obtido pelo fabricante é de 50 reais se X se distanciar de sua média por, no máximo, 1,5 cm e, é de - 10 reais caso contrário.

Nessas condições, calcule o lucro esperado por peça

- a) 30,60 reais
- b) 30,70 reais
- c) 30,80 reais
- d) 30,90 reais
- e) 40 reais

52. Sabe-se que 90% dos valores de X são superiores a 5 cm. Nessas condições, calcule o valor de μ , em cm

- a) 6,72 cm
- b) 6,92 cm
- c) 7,16 cm
- d) 7,36 cm
- e) 7,8 cm

53. Seja p a proporção de torcedores de um certo time de futebol numa população muito grande. Deseja-se testar $H_0: p = 0,1$ versus $H_1: p > 0,1$ com base numa amostra simples de tamanho 400, utilizando-se o seguinte critério: rejeitar H_0 se o número de torcedores do time na amostra for maior do que 52.

Calcule o nível de significância do teste.

- a) 1,2%
- b) 1,5%
- c) 2,0%
- d) 2,5%
- e) 3,6%

O enunciado a seguir refere-se às questões 54 e 55.

Em um experimento binomial com três provas, a probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

54. Calcule a probabilidade de fracasso

- a) 20%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

55. Calcule o valor de $F(1)$, onde F é a função distribuição acumulada de probabilidade

- a) 89,6%
- b) 91,2%
- c) 88,4%
- d) 92,4%
- e) 86,8%

O enunciado a seguir refere-se às questões 56 e 57.

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



56. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é igual a:

- a) 560
- b) 570
- c) 580
- d) 590
- e) 600

57. O ângulo, em graus, correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é igual a

- a) 48
- b) 48,5
- c) 49
- d) 49,5
- e) 50

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$$P(Z < 0,5) = 0,691; P(Z < 0,8) = 0,788; P(Z < 1) = 0,841; P(Z < 1,2) = 0,885; P(Z < 1,28) = 0,90; P(Z < 2) = 0,977$$

Utilize a tabela acima para as questões 58, 59 e 60.

Com o objetivo de se estimar a idade média, μ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

58. Calcule a média amostral

- a) 22
- b) 22,5
- c) 23
- d) 23,5
- e) 24

59. Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 1, o intervalo de confiança para μ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é igual a:

- a) [22,372 ; 22,628]
- b) [22,4 ; 22,6]
- c) [22,35 ; 22,65]
- d) [22,3 ; 22,7]
- e) [22,2 ; 22,8]

60. O tempo necessário para que uma pessoa tenha um retorno sobre seu processo administrativo em um determinado órgão público tem distribuição normal com média $\mu = 140$ dias e desvio padrão $\sigma = 50$ dias.

A probabilidade de que uma pessoa, aleatoriamente selecionada, espere entre 180 dias e 240 dias para ter o retorno sobre seu processo é igual a:

- a) 17,5%
- b) 17,7%
- c) 18%
- d) 18,36%
- e) 18,9%

ANÁLISE DE DADOS

Thiago Cavalcanti

61. Qual das regras abaixo não é avaliada para caracterizar um XML como bem-formatado:

- a) Documentos XML devem possuir um único elemento raiz
- b) Todos os elementos devem conter uma tag de fechamento.
- c) Deve ser validado de acordo com um arquivo XSD ou DTD.
- d) Elementos devem estar corretamente aninhados.
- e) Atributos devem possuir valor entre aspas simples ou duplas.

62. João preparou uma planilha com as notas de seus alunos no MS Excel, gravou o arquivo e enviou-o para Silvinha. Ao recebê-lo, Silvinha abriu o arquivo com o utilitário "Bloco de Notas" e deparou-se com o seguinte conteúdo:

Aluno Nota Status

Maria 10 Aprovado

Marcia 9 Aprovado

João gravou a planilha do Excel usando como tipo de arquivo:

- a) Dados XML (*.xml)
- b) Texto em Unicode (*.txt)
- c) JSON (*.json)
- d) CSV (*.csv)
- e) Planilha OpenDocument (*.ods)

63. O processo de Georreferenciamento de imóveis no Brasil é feito por meio do levantamento topográfico para definir as características referentes à dimensão e localização da propriedade. Pelo processo de Georreferenciamento cada imóvel tem definido quais são os seus limites, características e confrontação. Essas definições são feitas por meio da descrição das coordenadas dos vértices limitantes referenciadas no Sistema Geodésico Brasileiro. Sobre georreferenciamento, assinale a alternativa correta.

- a) Os dados geográficos são estruturados em planos de informação, também denominados de coordenadas.
- b) Os elementos geográficos representam e descrevem os eventos e os fenômenos do mundo real através de duas componentes espacial e terrestre.
- c) Na estrutura matricial, a localização e a feição geométrica do elemento são armazenadas e representadas por vértices definidos por um par de coordenadas.

d) As feições geométricas utilizadas para representação dos elementos, bem como a sua estrutura de armazenamento, estabelecem as relações espaciais entre os elementos geográficos, ou seja, relações existentes entre si e entre os outros elementos, denominadas de topológicas

e) No modelo vetorial, também denominado de raster, o terreno é representado por uma matriz $M(i, j)$, composta por i colunas e j linhas, que definem células, denominadas como pixels

64. Seja A, B, C, D e E atributos de uma relação R. Considere as dependências funcionais abaixo:

A → B

B → C

A → D

A → E

Para que a tabela acima esteja normalizada até a forma normal de Boyce-Codd, qual dependência funcional deve ser adicionada à lista acima:

a) C → D

b) A → E

c) D → B

d) B → A

e) E → B

65. Para que seja dada a permissão de leitura em uma tabela denominada APROVADOSTCU ao usuário Eduardo, qual comando deve ser utilizado:

a) GRANT INSERT ON APROVADOSTCU TO EDUARDO;

b) GRANT TO EDUARDO ON APROVADOSTCU SELECT;

c) REVOKE ON APROVADOSTCU SELECT TO EDUARDO;

d) GRANT ON APROVADOSTCU SELECT TO EDUARDO;

e) GRANT SELECT ON APROVADOSTCU TO EDUARDO;

66. Sobre o processamento de transação, assinale a alternativa que indica um protocolo de controle de concorrência que consegue evitar o deadlock e garante o isolamento entre transações.

a) Two-phase commit

b) Two-phase lock

c) Armstrong's algorithm.

d) Log redundant

e) Lazy evaluation

67. O CRISP-DM propõe um processo padrão para desenvolvimento de soluções de mineração de dados. Neste modelo, uma vez que o objetivo do estudo é determinado, estamos prontos para avaliar a disponibilidade, obtenção e aplicabilidade dos dados necessários no contexto do estudo específico. Qual das alternativas abaixo não indica uma tarefa da fase descrita:

a) Identificação das fontes de dados textuais

b) Avaliação da acessibilidade e usabilidade dos dados

c) Integração de um conjunto de dados

d) Exploração da riqueza dos dados

e) Avaliação da quantidade e qualidade dos dados.

68. Uma figura de linguagem é qualquer desvio engenhoso do modo comum de falar ou escrever. Algumas figuras de linguagem são consideradas problemáticas no processamento da linguagem natural, entre elas temos:

- a) Ironia e sarcasmo
- b) Metáfora e comparação
- c) Metonímia e catacrese
- d) Sinestesia e Perífrase
- e) Hipérbole e Eufemismo

69. De acordo com os conceitos de redes neurais, assinale a alternativa que não é considerada um componente da rede neural:

- a) Uma camada de entrada (x) e uma camada de saída (y)
- b) Uma quantidade arbitrária de camadas ocultas
- c) Um conjunto de pesos e vieses entre cada camada, W e b
- d) Matrizes multi-dimensionais com um tipo uniforme chamadas de Tensor
- e) Uma escolha de função de ativação para cada camada oculta

70. Observe o código abaixo escrito usando a sintaxe do NLTK e assinale a alternativa correta.

```
from nltk.corpus import stopwords
stopwords = stopwords.words('english')
mynewtext = [w for w in text1 if w not in
stopwords]
```

- a) A primeira linha importa a classe nltk.corpus do pacote Stopwords.
- b) A segunda linha vai ler as palavras chaves em inglês e atribuir a variável Stopwords.
- c) O NLTK só oferece lista de Stopwords para 3 idiomas: inglês, espanhol e chinês por serem os idiomas mais falados no mundo.

d) A terceira linha percorre a lista de Stopwords excluindo as palavras chaves presentes no texto.

e) Stopwords são palavras em inglês que acrescentam significado a uma frase e não podem ser ignorados com segurança sem sacrificar o significado da frase.

71. O código abaixo apresenta um vetor em R:

```
numeros <- c(1,2,4,5,6, "TCU")
```

Se eu executar o código abaixo

```
numeros[1]
```

O valor retornado será

- a) 1
- b) "1"
- c) 2
- d) "2"
- e) "TCU"

72. O pareamento de dados é a tarefa de identificar com rapidez e precisão os registros correspondentes à mesma entidade de uma ou mais fontes de dados. As entidades de interesse incluem indivíduos, empresas, região geográfica, famílias ou residências. Sobre esse assunto, assinale a alternativa que apresenta uma solução/método que não pode ser usada no pareamento de dados.

- a) Pareamento probabilístico
- b) Aprendizado supervisionado usando regressão logística
- c) Regra de associação
- d) Aprendizado não supervisionado usando clusterização
- e) Pareamento bayesiano

73. Observe a matriz de confusão abaixo:

		Valor Predito	
		Sim	Não
Real	Sim	Verdadeiro Positivo (TP)	Falso Negativo (FN)
	Não	Falso Positivo (FP)	Verdadeiro Negativo (TN)

Qual das fórmulas abaixo corresponde ao conceito de Precisão:

- a) $\frac{TP + TN}{TP + TN + FP + FN}$
- b) $\frac{TP}{TP + FN}$
- c) $\frac{TN}{TN + FP}$
- c) $\frac{TP}{TP + FP}$
- e) $2 * \frac{TP}{TP + FP + FN}$

74. Pela Lei de Acesso à Informação, de 2011, NÃO são passíveis de classificação, do ponto de vista da segurança da sociedade e do Estado, aquelas informações que

- a) facilitam atividades de investigação ou fiscalização na prevenção ou repressão de infrações.
- b) comprometem instituições ou altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.
- c) prejudicam ou causam risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.
- d) põem em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território brasileiro.
- e) oferecem elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do país.

75. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que

- a) a operação de tratamento seja realizada no território nacional e os dados pessoais, objeto do tratamento, tenham sido coletados no território nacional.
- b) realizada para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos, ou acadêmicos.
- c) realizada para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- d) a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional, e os dados pessoais, objeto do tratamento, tenham sido coletados no território nacional.
- e) os dados pessoais, objeto do tratamento, tenham sido coletados no território nacional.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna e Tonyvan Carvalho

76. Nos termos das normas da INTOSAI, são considerados valores éticos fundamentais, EXCETO:

- a) Integridade – agir honestamente, confiavelmente, de boa fé e no interesse público;
- b) Independência e objetividade – ser livre de circunstâncias ou influências que afetem ou possam ser vistas como capazes de afetar o julgamento profissional e de agir de maneira imparcial e sem viés;
- c) Competência – adquirir e manter conhecimentos e habilidades adequados ao papel, agir de acordo com as normas aplicáveis e com o devido zelo;
- d) Ceticismo profissional – cumprir as leis, os regulamentos e as convenções aplicáveis, e evitar qualquer conduta que possa desacreditar a EFS;
- e) Confidencialidade e transparência – proteger adequadamente a informação, equilibrando isso com a necessidade de transparência e accountability.

77. Como uma instituição de _____, a Entidade Fiscalizadora Superior tem a tarefa de verificar a efetividade do(a) _____. Se o(a) _____ for considerada efetiva, esforços serão empreendidos, sem prejuízo do direito da Entidade Fiscalizadora Superior de conduzir uma auditoria geral, no sentido de garantir a mais adequada divisão ou designação de tarefas e cooperação.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria interna.
- b) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria interna.

- c) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria externa.
- d) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria externa.
- e) Auditoria externa - controle interno - controle interno.

78. Todas as auditorias no setor público contam com os mesmos elementos básicos, são eles:

- a) situação ou condição, critério, causa e efeito
- b) validade, confiabilidade, relevância e suficiência
- c) o auditor, a parte responsável e os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto e a informação resultante da avaliação do objeto.
- d) planejamento, execução, relatório e monitoramento
- e) integridade, objetividade, confidencialidade, comportamento profissional e conduta profissional

79. As auditorias _____ são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações apresentadas pela parte responsável. As auditorias _____ são, normalmente, trabalhos de relatório direto. As auditorias _____ podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Operacionais - financeiras- de conformidade.
- b) Financeiras - operacionais - de conformidade.
- c) De conformidade - operacionais - financeiras.
- d) De conformidade - financeiras - operacionais.
- e) Financeiras - de conformidade - operacionais.

80. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se

- a) isonomia
- b) validade.
- c) relevância.
- d) suficiência.
- e) confiabilidade.

81. Na fase de planejamento da auditoria, e como subsídio à sua elaboração, a equipe deve construir uma visão geral preliminar do objeto para obtenção de conhecimento e compreensão a seu respeito, assim como do ambiente organizacional em que está inserido, incluindo, dentre outras fontes de informação e formas de obtenção de conhecimento, a legislação, as normas etc.

A construção da visão geral do objeto engloba as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão
- b) legislação aplicável
- c) objetivos institucionais, quando for o caso
- d) setores responsáveis, competências e atribuições
- e) definição das questões de auditoria

CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

82. Sobre as Noções de Informações de Custos no Setor Público, assinale a opção correta:

- a) O Sistema de Custos do Governo Federal é o sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.
- b) A informação de custo tem o desembolso como ponto de partida. Na situação em que o objeto do gasto é incorporado ao patrimônio, tem-se o investimento, que posteriormente quando aplicado ao processo produtivo se transforma em custo.
- c) A apropriação de custos corresponde à forma como os custos são acumulados e apropriados aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real.
- d) Um objeto de custo pode ser um centro de custo, mas um centro de custo não assume, necessariamente, a condição de objeto de custo.
- e) No setor público, os custos diretos possuem grande representatividade na composição dos custos totais. Os custos indiretos, por sua vez, considerando as características do setor público que o diferencia do setor privado, não apresentam grande representatividade.

83. Acerca das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) é correto afirmar que:

- a) Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual, Tempestividade, Comparabilidade, Verificabilidade e Compreensibilidade são características qualitativas de melhoria da informação contábil útil.
- b) De acordo com a NBC TSP 06, é considerado propriedade para investimento um edifício que determinada prefeitura possui e que deseja usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços com finalidade administrativa.
- c) Segundo a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas são demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).
- d) Segundo a NBC TSP 07, o reconhecimento dos custos no valor contábil de um item do ativo imobilizado cessa quando o item começa a ser utilizado pela entidade.
- e) Segundo a NBC TSP 08, o patrimônio cultural intangível deve ser reconhecido no ativo intangível, a não ser que seja impraticável a sua mensuração.

84. Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público julgue as assertivas a seguir:

- I - O balanço orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- II - No balanço financeiro, os ingressos e dispêndios se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.
- III - O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir o aspecto

patrimonial da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Está correto o contido em:

- a) I, apenas
- b) I e II, apenas
- c) II e III, apenas
- d) III, apenas
- e) I, II e III.

85. Entre os registros contábeis típicos do setor público está a fixação da despesa orçamentária. Para a correta escrituração desse estágio da despesa orçamentária haverá:

- a) um registro de natureza orçamentária, sem prejuízo dos registros no âmbito da natureza patrimonial e de controle.
- b) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 5 e 6.
- c) um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial.
- d) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas da classe 6.
- e) registros em todas as naturezas de informação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP: patrimonial, orçamentária e de controle).

86. Um determinado ente público municipal apresentou as seguintes variações patrimoniais em um determinado exercício (em R\$):

Variações Patrimoniais	Valor (R\$)
Receita tributária	200.000,00
Pagamento por aquisição de bens imóveis	24.000,00
Despesas empenhadas, não liquidadas	10.000,00
Despesas empenhadas, liquidadas e pagas	20.000,00
Perdas com alienação de bens imóveis	30.000,00
Perdas com desvalorização de ativos	20.000,00
Aquisição de material de consumo à vista	40.000,00
Aquisição de material permanente	28.000,00
Depreciação de ativos	32.000,00
Ganhos na reavaliação de bens	48.000,00

Considerando-se essas informações, o resultado patrimonial do período correspondeu, em R\$, a

- a) 136.000,00
- b) 140.000,00
- c) 146.000,00
- d) 98.000,00
- e) 114.000,00

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Marcondes Fortaleza

87. Considere as informações abaixo obtidas a partir das demonstrações contábeis da empresa MAVIFOR em determinada data:

- Ativo Circulante: 10.000
- Índice de Liquidez Corrente 2
- Composição do Endividamento: 40%
- Grau de Endividamento (em relação aos recursos de terceiros): 80%

Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido é:

- a) R\$ 15.625,00 .
- b) R\$ 12.500,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) D) R\$ 7.500,00.
- e) R\$ 12.500,00.

88. Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o servidor responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 50 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 50 de ativo realizável a longo prazo;
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	Valor Calculado
Comum	5,0
Teste Ácido	1,4
Instantânea	1,4
Geral	3,0

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- a) R\$ 50.
- b) R\$ 60.
- c) R\$ 70.
- d) R\$ 180.
- e) R\$ 250.

89. Analise as afirmações a seguir:

- I. A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultado através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.
- II. Um problema que muito afeta a análise vertical é a inflação.
- III. A análise vertical é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua evolução no tempo.
- IV. A análise vertical se limita à comparação das partes com o todo.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
b) I e II
c) II, III e IV
d) I, III e IV
e) I, II, III e IV

90. A empresa X apresentou os seguintes valores referentes aos grupos do Balanço Patrimonial considerando os dois últimos exercícios; observe:

Ativo	2018	2019	Passivo	2018	2019
Ativo Circulante	75.300	120.000	Passivo Circulante	27.400	28.300
Ativo Não Circulante	204.700	210.000	Passivo Não Circulante	42.600	51.700
			Patrimônio Líquido	210.000	250.000
Total do Ativo	280.000	330.000	Total do Passivo	280.000	330.000

De acordo com as informações, o capital circulante líquido da empresa em 2018 e o capital de giro em 2019 são, respectivamente:

- a) 75.300 e 120.000.
b) 47.900 e 91.700.
c) 47.900 e 120.000
d) 120.000 e 47.900.
e) 280.000 e 70.000.

91. Valores hipotéticos:

- Total do Ativo Circulante – R\$ 19.000,00
- Capital Circulante Líquido Positivo – R\$ 6.000,00
- Valor do Patrimônio Líquido – R\$ 8.000,00
- Passivo Não Circulante – R\$ 9.000,00

A valor do patrimônio bruto da empresa é:

- a) 8.000,00
b) 9.000,00
c) 17.000,00
d) 19.000,00
e) 30.000,00

92. Analise as afirmações a seguir:

- I. Para cada classe de ativo intangível, as notas explicativas devem fornecer informações quanto à vida útil, ao método de amortização e outras, sem a obrigatoriedade de distinguir os ativos intangíveis, gerados internamente, dos demais.
- II. As notas explicativas que contêm informações sobre a base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.
- III. Os créditos existentes entre sociedades coligadas e controladas, de um lado, e as respectivas sociedades participantes e controladoras, de outro, devem ser detalhados nas notas explicativas.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
b) II e III
c) II
d) I e III
e) III

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA**

Luciana Marinho

93. Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os bens públicos se caracterizam por serem não excludentes, mas rivais.
- II. Bens meritórios são bens que, embora possam ser explorados economicamente pelo setor privado, devem ou podem ser produzidos pelo governo para evitar que a população de baixa renda seja excluída de seu consumo, por não poder pagar o preço correspondente.
- III. A característica da não exclusão dos bens públicos favorece o surgimento dos free-riders (caronas).

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

94. A despesa pública é apresentada no orçamento sob diferentes critérios de classificação, com o objetivo de subsidiar o controle do processo orçamentário.

A classificação por Estrutura Programática da despesa pública:

- a) segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.
- b) É representada por cinco dígitos: os dois primeiros referem-se à função, enquanto que os três últimos dígitos representam a subfunção.
- c) Está estruturado em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais,

especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

- d) Reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- e) Compõe-se de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do órgão e os demais à unidade orçamentária.

95. Assinale a opção que indica o estágio da despesa pública em que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- a) Liquidação
- b) Lançamento
- c) Empenho
- d) Pagamento
- e) Recolhimento

96. A Lei de Diretrizes Orçamentárias inclui, entre outras informações, o Anexo de Metas Fiscais. Nele, deve(m) ser apresentada(s), exceto:

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- b) Passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- c) Avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social.
- d) Evolução do patrimônio líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- e) Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo.

97. Com o objetivo de contribuir para o equilíbrio fiscal dos entes públicos, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu medidas a serem observadas nos casos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Existem diversas espécies de renúncia de receita, com critérios e regras próprias. A espécie de renúncia de receita que consiste no perdão da multa, que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas por este anteriormente à vigência da lei que a concedeu:

- a) Remissão
- b) Crédito Presumido
- c) Isenção
- d) Anistia
- e) Subsídio

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Celso Natale

98. Com base nas proposições abaixo, que tratam de Balanço de Pagamentos e Contas Nacionais, assinale a alternativa correta.

- a) Para uma economia fechada, o Produto Nacional Bruto é determinado pela renda líquida enviada ao exterior subtraída do Produto Interno Bruto.
- b) Nas contas nacionais, o acúmulo indesejado de estoques não é contabilizado como investimento.
- c) Se um bem é produzido em 2020 e vendido em 2021, então este bem não contribui para o PIB de 2020, mas tão somente para o PIB de 2021.

d) Em regra, países com alto grau de endividamento externo possuem, tudo o mais constante, PIB superior ao PNB.

e) Quando um país apresenta superávit no balanço de pagamentos, então suas exportações líquidas serão positivas.

99. No que se refere ao Modelo IS-LM para economia fechada, marque a alternativa correta.

- a) Sendo a demanda por moeda positivamente relacionada à renda disponível, então uma elevação dos tributos provoca um aumento da taxa de juros real de equilíbrio.
- b) Uma política fiscal de redução dos gastos do governo e dos impostos no mesmo montante não afeta a renda de equilíbrio, mantendo-se a Curva LM inalterada, uma vez que não houve variação exógena no estoque de moeda.
- c) Uma redução de tributos para os mais pobres têm maior impacto sobre a renda do uma redução tributária para as classes mais ricas.
- d) A política fiscal não tem efeito sobre a renda de equilíbrio quando a demanda por moeda é independente da renda.
- e) Um aumento da propensão marginal a consumir tende a reduzir a taxa de juros e a renda.

100. No que diz respeito às falhas de mercado, marque a alternativa incorreta.

- a) O imposto Pigouviano sobre a poluição busca induzir o poluidor a internalizar os custos impostos aos demais agentes, e assim "simular" as condições de um nível de poluição eficiente de Pareto.
- b) Apesar de relevante, os direitos de propriedade não são o único instrumento capaz de incentivar o uso eficiente de recursos comuns. Outros exemplos seriam a definição de taxas de contribuição para o uso de recursos comuns e a criação de regras sobre a intensidade de utilização desses recursos.
- c) O Teorema de Coase pressupõe que quando as partes puderem negociar livremente visando ao benefício mútuo, o resultado será eficiente, independentemente de como estejam alocados os direitos de propriedade e da presença de custos de transação.
- d) Quando há assimetrias de informação entre regulador e regulado sobre o real valor da base de ativos da firma regulada, dificulta-se a regulação dos preços pelo método da taxa de retorno.
- e) A franquia nas apólices de seguros de carros é uma prática utilizada pelas seguradoras para reduzir o risco moral.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCU-18-12>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
